

RECURSO ESPECIAL Nº 1.831.675 - SP (2019/0238795-0)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
RECORRENTE : **MARILZA PEREIRA LIMA**
ADVOGADOS : **LUIS DE ALMEIDA - SP105696**
 JOSE ROBERTO MINIERI - SP105969
RECORRIDO : **ADRIANA PINHEIRO DE ALBUQUERQUE**
ADVOGADO : **MARCELO CARVALHO LOPES - CURADOR ESPECIAL -**
 SP143548

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por MARILZA PEREIRA LIMA, contra acórdão assim ementado (fl. 110):

PENHORA - Pretensão a constrição para atingir 20% dos rendimentos líquidos da executada - Indeferimento objeto do recurso - Constrição vedada expressamente por dispositivo legal - Artigo 833, VI do CPC - Decisão mantida - Recurso não provido

Em suas razões, a recorrente alega violação do art. 833, IV, § 2º, do Código de Processo Civil/2015, bem como dissídio jurisprudencial, afirmando que a impenhorabilidade dos salários não é absoluta, apontando que "a regra em vigor comporta interpretação extensiva, merecendo análise particular em cada caso concreto. Deve-se dar prevalência à interpretação no que concerne ao objeto do processo, até porque este deve servir de meio para a realização da justiça" (fl. 77). Requer "a reforma do v. acórdão, para que seja concedida a expedição de ofício ao INSS, para apresentação do CNIS da Executada nos autos e ato contínuo, se determine a penhora de 20% dos rendimentos líquidos desta até satisfação total do débito exequendo, modificando assim o v. acórdão que negou provimento ao recurso da Exequente, aqui Recorrente" (fl. 84).

Passo a decidir.

O Tribunal de origem, com base nos fatos e provas dos autos, concluiu pela impossibilidade de penhora do salário recebido pela devedora, assim se pronunciando (fls. 65-68):

A ação foi julgada procedente para condenar a requerida ao pagamento de danos morais no valor de R\$5.000,00, devendo a vencida arcar com as custas, despesas processuais e honorários advocatícios no valor de R\$1.000,00.

Foi iniciada a fase de execução do julgado, sendo que todas as tentativas no sentido de dar cumprimento a obrigação foram infrutíferas.

A exequente requereu que fosse oficiado ao INSS, visando a penhora de 20% sobre o valor recebido a título de rendimentos da executada.

A medida foi indeferida pelo juízo a quo, e contra essa decisão se insurge a agravante, pretendendo a penhora de 20% sobre o salário recebido pela devedora.

A medida pretende atingir os valores recebidos a título de vencimentos da agravada, direto da fonte pagadora, providência que não é possível pelo nosso sistema processual vigente.

O artigo 833 do Código de Processo Civil dispõe que: "São absolutamente impenhoráveis:

(...) IV os vencimentos, subsídios, soldos salários, remunerações, proventos de aposentadoria, pensões, pecúlios e montepios, bem como as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal, ressalvado o § 2º .

§ 2º O disposto nos incisos IV e X do *caput* não se aplica à hipótese de penhora para pagamento de prestação alimentícia, independentemente de sua origem, bem como às importâncias excedentes a 50 (cinquenta) salários-mínimos mensais, devendo a constrição observar o disposto no art. 528, § 8º, e no art. 529, § 3º. (grifo nosso).

O inciso IV do artigo 833 do CPC veda a penhora de salários, remunerações, aposentadorias e pensões, ou seja, vencimentos de uma forma geral, inclusive ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal, sendo essa a regra, em que pese o clamor da sociedade em querer uma proteção maior ao credor.

A exceção a esta regra está prevista no § 2º, que prevê que ainda que se trate de salário ou reserva pessoal, será penhorável tal verba para pagamento de prestação alimentícia, de qualquer origem, seja de alimentos decorrentes de direito de família, seja decorrente de ato ilícito e para valores superiores a 50 salários mínimos mensais (hoje o valor seria acima de R\$ 47.000,00), para qualquer outra dívida não alimentar.

Evidente, portanto, que a constrição incidente diretamente nos rendimentos líquidos da executada, nos termos em que pretendida pela agravante, viola o aludido dispositivo legal.

(...).

Assim, não se justifica a medida constritiva, até porque, a execução não versa sobre pensão alimentícia, exceção a regra da impenhorabilidade, sendo caso de indeferir a medida.

Verifico que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do STJ, o que atrai a incidência da Súmula 83/STJ, no caso, e a análise das razões do recurso, a fim de demover o que concluído pela origem, demandaria inevitável reexame de matéria fática, procedimento que encontra óbice no verbete 7 da Súmula desta Corte. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. RETENÇÃO DE PARTE DOS PROVENTOS. POSSIBILIDADE. IMPENHORABILIDADE DO SALÁRIO. MITIGAÇÃO. SÚMULAS 7 E 83/STJ. APLICAÇÃO.

(...)

4. Considerando que o Tribunal de origem, baseado nos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, a par das circunstâncias fático-probatórias dos autos, compreendeu que os percentuais bloqueados são adequados para manter o mínimo existencial dos devedores, de forma a não prejudicar a subsistência do recorrente, mas sem descuidar do interesse público de ressarcimento ao erário e imposição de sanções de cunho patrimonial àqueles que praticam atos de improbidade administrativa, verifica-se que a alteração dessa conclusão demanda a reanálise dos elementos de fato e de prova dos autos, providência que, nesta via eleita, encontra óbice, conforme o enunciado da súmula 7/STJ.

5. Recurso Especial não conhecido. (REsp 1790570/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/03/2019, DJe 30/05/2019.)

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. PENHORA DE PERCENTUAL DE SALÁRIO. DÍVIDA DE CARÁTER NÃO ALIMENTAR. RELATIVIZAÇÃO DA REGRA DE IMPENHORABILIDADE. POSSIBILIDADE.

1. Ação de execução de título executivo extrajudicial - nota promissória.

2. Ação ajuizada em 13/10/1994. Recurso especial interposto em

29/10/2009. Embargos de divergência opostos em 23/10/2017.

Julgamento: CPC/2015.

3. O propósito recursal é definir sobre a possibilidade de penhora de vencimentos do devedor para o pagamento de dívida de natureza não alimentar.

4. Em situações excepcionais, admite-se a relativização da regra de impenhorabilidade das verbas salariais prevista no art. 649, IV, do CPC/73, a fim de alcançar parte da remuneração do devedor para a satisfação do crédito não alimentar, preservando-se o suficiente para garantir a sua subsistência digna e a de sua família.

Precedentes.

5. Na espécie, a moldura fática delineada nos autos - e inviável de ser analisada por esta Corte ante a incidência da Súmula 7/STJ - conduz à inevitável conclusão de que a constrição de percentual de salário da embargante não comprometeria a sua subsistência digna.

6. Embargos de divergência não providos.

(ERESP 1.518.169/DF, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, Rel. p/ Acórdão Ministra NANCY ANDRIGHI, CORTE ESPECIAL, DJe 27/02/2019.)

Por fim, em relação ao apontado dissídio jurisprudencial, ressalte-se que não se pode conhecer de recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, "c", da Constituição Federal, se não estiver comprovado nos moldes dos arts. 1029, § 1º, do Código de Processo Civil/2015; e 255, parágrafos 1º e 2º, do RISTJ. Vale destacar que as circunstâncias fáticas e as peculiaridades diferem em cada caso, o que inviabiliza, em regra, o recurso especial interposto pela divergência jurisprudencial, que se funda em premissa fático-probatória e, particularmente, no caso concreto em que os fatos e provas dos autos não se revelam análogos aos dos paradigmas.

Em face do exposto, não havendo o que reformar, nego provimento ao recurso especial.

Quanto à majoração dos honorários em razão do disposto no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil/2015, mostra-se incabível, tendo em vista que o recurso especial foi interposto nos autos de agravo de instrumento que ataca decisão interlocutória na qual não houve prévia fixação de honorários.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI, Relatora